

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.975 - MG (2019/0126094-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : ALDIR GONÇALVES DE OLIVEIRA
RECORRENTE : MARIA HELENA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : DANIEL JOSÉ BERNARDES
RECORRENTE : JOÃO DAVI DE BORBA
RECORRENTE : ORDALIA MARIA DE JESUS
RECORRENTE : JOAQUIM PEDRO DE AMORIM
RECORRENTE : MARIA DO CARMO GONÇALVES DE AMORIM
RECORRENTE : LAÉRCIO LAGARES GONTIJO BOMTEMPO
RECORRENTE : DANYELLA KASSIA DA SILVA MENEZES BOMTEMPO
RECORRENTE : LEONARDO BOMTEMPO
RECORRENTE : LEILA CRISTINA MARTINS BOMTEMPO
RECORRENTE : LEVI BOMTEMPO JUNIOR
RECORRENTE : VANESSA TIMOTEO DUTRA BOMTEMPO
RECORRENTE : MOZAR GONCALVES DE BORBA
RECORRENTE : RUBENS BOMTEMPO
RECORRENTE : MARIA JOSE SOUZA BOMTEMPO
RECORRENTE : DERLI FERREIRA DE ANDRADE
RECORRENTE : EDESIO LUIS LIBERATO
ADVOGADOS : LIBENCIO JOSE MUNDIN DA FONSECA - MG028549
AMANDA CHRISTINA LOPES E OUTRO(S) - MG086523
RECORRIDO : DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEER-MG
PROCURADOR : CAROLINA COUTO PEREIRA E OUTRO(S) - MG080941

DECISÃO

Vistos.

Verifico que, no presente feito, discute-se tema relativo à “definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel”, cuja afetação ao rito dos arts. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015 foi realizada pela 1ª Seção, em sessão de afetação eletrônica de 19 a 25.6.2019, nos Recursos Especiais n. 1.757.385/SC e n. 1.757.352/SC, Tema n. 1.019, assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. RITO DOS ARTIGOS 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015. RESP 1.757.385/SC E RESP 1.757.352/SC. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IMÓVEL LOCALIZADO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E REALIZAÇÃO DE OBRAS NO LOCAL. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DE 15 ANOS PREVISTO NO CAPUT DO ART. 1.238 DO CC OU DE 10 ANOS DO SEU PARÁGRAFO ÚNICO. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AFETAÇÃO À PRIMEIRA SEÇÃO. ADMISSÃO.

1. Admitida a afetação com a seguinte delimitação da tese controvertida: "Definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, se de 15 anos, previsto no caput do art. 1.238 do CC, ou de 10 anos, nos termos do parágrafo único".

2. Recursos Especiais submetidos ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC.

(ProAfR no REsp 1.757.385/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019).

Posto isso, **DETERMINO** a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação de acórdão nos recursos especiais supracitados, observando-se oportunamente o procedimento do art. 1.035 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora